Intervenção de Jorge Eduardo S. Durão, diretor geral da Associação Brasileira de ONG's (ABONG) no Encontro do grupo Piloto sobre Mecanismos Financeiros Inovadores em Brasília (6 e 7 de julho de 2006)

Senhores Ministros Celso Amorim e Luiz Dulci, Sr. Diretor Jacques Lapouge, senhor embaixador Patriota, minhas senhoras e meus senhores,

A Associação Brasileira de ONGs (ABONG), nos últimos anos tem dado à problemática do financiamento ao desenvolvimento um caráter de prioridade em suas reflexões e ações. Já em meados de 2004, a Abong reuniu-se em Brasília com suas parceiras ACCIÓN e Coordination SUD, associações de ONGs, chilenas e francesas, respectivamente, para debaterem suas posições, analisarem as propostas do relatório Landau e do documento quadripartite e para se posicionarem conjuntamente frente à iniciativa política e diplomática que foi lançada pelo Presidente da República, junto com os Presidentes Chirac e Lagos, no dia 20 de setembro de 2004, em Nova Iorque.

Nessa ocasião tive a honra de expressar em nome dessas Associações o apoio à chamada iniciativa quadripartite. Diante da inevitável constatação da falta de vontade política que tem postergado o cumprimento dos compromissos dos países ricos com o financiamento do desenvolvimento, saudávamos então, com particular interesse, uma iniciativa que contribuía para recolocar no centro da agenda internacional a solidariedade como parâmetro para uma inflexão nos rumos catastróficos da globalização em curso, sem a qual não haverá nenhum caminho viável para a paz.

O processo em curso, que visa ao estabelecimento de mecanismos financeiros inovadores para o financiamento do desenvolvimento, **tem o mérito de pôr em pauta o inadiável debate sobre a tributação internacional**. A criação de um sistema tributário internacional se impõe frente à erosão da capacidade tributária dos Estados ou às restrições ao uso dos recursos fiscais de muitos desses Estados, por imposição do mercado financeiro internacional. Reconhecemos a importância de se reavivarem os valores da solidariedade internacional numa conjuntura internacional marcada pelo unilateralismo e pela guerra. Valorizamos a iniciativa por abrir caminho, ainda que cautelosamente, para o debate sobre a possibilidade de se instituir uma tributação internacional.

A iniciativa dos governos veio assim ao encontro de uma demanda antiga das ONG's e correspondeu implicitamente ao reconhecimento do mérito de antigas bandeiras de movimentos sociais como o ATTAC, que se constituiu a partir da proposta de criação da chamada Taxa Tobin. Não perdemos de vista o objetivo estratégico da proposta da Taxa Tobin que era o controle e a taxação dos fluxos financeiros internacionais que movimentam as quantias astronômicas que circulam no cassino global. Ao analisarmos a iniciativa da criação dos mecanismos financeiros inovadores, reconhecendo na justa medida a sua importância, a Abong e as associações parceiras partiram de uma reflexão mais ampla sobre o financiamento do desenvolvimento, que lhes permitiu contextualizar a referida iniciativa como um primeiro passo importante, que, no entanto, perderia seu sentido e credibilidade se ficasse reduzida a uma mera ação pontual, sem os necessários desdobramentos que poderão dar sentido estratégico ao processo em curso.

Nesse sentido, é imprescindível que o combate à fome e à pobreza não seja dissociado da luta contra os mecanismos de permanente reprodução ampliadas das desigualdades sociais e da exclusão. É preciso evitar a todo custo uma abordagem estática do problema da pobreza que ignore os dramáticos processos que estão gerando novos e enormes contingentes de pobres e miseráveis, o que exige uma ampla mobilização política internacional voltada para a mudança de rumos da globalização, com a mobilização imediata de todos os recursos financeiros disponíveis conforme os compromissos reiteradamente assumidos pelos governos dos países ricos e cujo cumprimento permanece até o presente muito aquém do que foi prometido.

Impõe-se, a nosso ver, **a tributação efetiva das corporações transnacionais e dos grupos financeiros, que são os grandes beneficiários da globalização**. Sem essas profundas mudanças não é possível avançar na luta contra as desigualdades, a pobreza e a fome. Esperamos que a criação dos mecanismos inovadores seja um primeiro passo, sem dúvida da maior importância, no enfrentamento dos processos e mecanismos atuais de empobrecimento dos Estados e dos contingentes majoritários da população mundial.

Por ocasião da Conferência de Paris (fevereiro-março de 2006), convocada pelo Presidente Jacques Chirac, uma ampla coalisão de organizações da Sociedade Civil de todos os continentes lançou um apelo no sentido de que o conjunto dos Estados se unisse à iniciativa da criação de mecanismo inovadores de financiamento do desenvolvimento. Na véspera da Conferência, essas organizações afirmaram as seguintes posições:

1. O apoio às iniciativas governamentais em favor das taxações internacionais, destacando o caráter adicional desses mecanismos inovadores, e a importância da criação de um precedente para a legitimação e o lançamento de mecanismos de taxação mais ambiciosos e de alcance universal.
2. O estabelecimento de verdadeiros mecanismos de taxação, advertindo contra os riscos de descaracterização dos mecanismos propostos. Nesse sentido, insistiam no caráter obrigatório dessas contribuições de solidariedade entre outros princípios fundamentais para a sua aplicação.
3. A afirmação da necessidade da implantação de um sistema tributário internacional, com um apelo aos chefes de Estado e de governo engajados nesse processo no sentido de não se contentarem com o lançamento de um mecanismo piloto e de prosseguirem suas reflexões visando ao estabelecimento de:
 - Uma tributação adicional sobre os lucros das transacionais
 - Uma tributação sobre os fluxos financeiros internacionais
 - Uma tributação de ordem ecológica, visando, em particular, os atores que se beneficiam amplamente da globalização e cuja atividade acarreta consideráveis externalidades negativas sobre o meio ambiente.
4. **Uma luta determinada contra a evasão fiscal, o dumping, os paraísos fiscais, a fuga dos capitais e a concorrência fiscal entre os Estados.**

Na reunião que realizaram ontem, as organizações da sociedade civil enfatizaram sua expectativa de que o grupo piloto atribua maior importância e reitegem nas suas discussões estas temáticas essenciais, que privam os Estados dos recursos de que necessitam para o desenvolvimento de seus países e para o futuro de seus cidadãos.

Nós reivindicamos que essas questões sejam recolocadas no centro da agenda, e que um dos Estados membros do grupo piloto organize um encontro sobre esses problemas fundamentais, com a participação dos representantes da sociedade civil.

Desde a Conferência de Paris, nossas associações apoiaram a iniciativa da taxa sobre as passagens de avião, na medida em que ela se inscrevia num processo experimental que favorecia a promoção do conceito de taxa internacional destinada ao financiamento do desenvolvimento. A Associação Brasileira de ONGs assumiu a responsabilidade de apelar às suas associadas e à opinião pública brasileira para que apoiassem a taxação das passagens de avião, por entender que, ao fazê-lo a sociedade civil estaria apostando num processo que poderia abrir perspectivas muito mais amplas para o futuro. Nesse sentido, acolhemos com satisfação a declaração do Embaixador Celso Amorim, publicada pela agência de notícias IPS, segundo a qual "este [seria] é o primeiro passo para uma política fiscal internacional concentrada no financiamento do desenvolvimento". "Já estamos discutindo novos impostos sobre outras transações internacionais, como o comércio de armas e as operações financeiras especulativas".

Ao expressarmos publicamente, logo depois da Conferência de Paris, o nosso apoio à taxação das passagens de avião, tínhamos consciência de que qualquer iniciativa que implicasse em aumentar a carga tributária sobre o contribuinte brasileiro seria objeto de compreensível resistência por parte da opinião pública brasileira, não só pelo peso da elevada carga tributária já existente, mas também pela natureza injusta do nosso sistema tributário, que incide principalmente sobre os pobres, penaliza a classe média e poupa as grandes fortunas e o capital.

Consideramos igualmente positiva a decisão de consagrar os recursos advindos da taxação das passagens de avião à criação de uma facilidade internacional de acesso aos medicamentos.

Nesse sentido, nós conclamamos que os Estados reunidos em Brasília concluam um tratado internacional que constitua o marco jurídico, garantindo assim o engajamento a longo prazo dos Estados e o levantamento de recursos estáveis, adicionais e previsíveis, se possível por ocasião da Assembleia Geral da ONU em setembro.

Com respeito a essa facilidade, que agora se traduz na criação de uma Central Internacional de Compra de Medicamentos (CICOM), nossas ONGs têm destacado a importância de implantar mecanismos capazes de assegurar a flexibilidade e a simplicidade da destinação dos fundos, a participação das sociedades civis, a articulação com as estratégias nacionais de saúde pública e a luta contra as pandemias. Elas também têm recomendado que o novo dispositivo não venha se sobrepor aos mecanismos existentes, multiplicando os centros de decisão e os entraves burocráticos.

Entretanto, gostaria de expressar a nossa preocupação com respeito à possibilidade de que esses esforços sejam comprometidos pelos compromissos relativos à propriedade intelectual já assumidos no âmbito da OMC, com obrigações para os países em desenvolvimento que reduzem as possibilidades de fabricar e comercializar livremente versões genéricas de produtos patenteados.

A partir do documento oficial que recebemos ontem e que será discutido na sexta-feira, temos várias preocupações que gostaríamos de compartilhar.

Hoje, a maioria dos pacientes dos países em desenvolvimento não têm acesso aos medicamentos essenciais que podem salvar suas vidas. Nos últimos anos, genéricos antiretrovirais fizeram com que o preço da tri-terapia baixasse em 99%. Infelizmente esta época acabou. Os medicamentos novos estão custando cada vez mais caro e não há mais possibilidade de concorrência. Este ano, a Assembleia Mundial de Saúde mostrou que o sistema atual de P&D não responde às necessidades de saúde dos países em desenvolvimento. Os objetivos da UNITAID-CICOM são ambiciosos, pretendendo ampliar o acesso a medicamentos de primeira e segunda linha para os pacientes dos países em desenvolvimento para as três doenças mencionadas. No entanto, os mecanismos propostos pelo UNITAID se baseiam exclusivamente em estratégias de mercado tradicionais em situação de concorrência e não estão compatíveis com a situação pos-TRIPS nem com suas metas ambiciosas. As limitações impostas pelas questões de Propriedade Intelectual não foram nem sequer consideradas e não serão resolvidas apenas com um financiamento sustentado, compras garantidas e negociações de preço.

A Sociedade Civil incluindo os grupos de base apoiaram desde o início a criação desta Iniciativa através do mecanismo piloto da taxa sobre as passagens aéreas. Existe uma preocupação atualmente em relação à participação da sociedade civil no futuro conselho de administração da UNITAID. O documento de trabalho não reflete atualmente nenhum das sugestões e preocupações levantadas nos últimos meses com os membros do grupo piloto. Sem uma incorporação das reivindicações mencionadas anteriormente, a reunião de setembro poderá levar a sociedade civil a denunciar a falta de ambição deste projeto.

Brasília, 6 de julho de 2006